



MISERICÓRDIA

Carrazeda de Ansiães

RELATÓRIO E CONTAS 2025

Aprovado em Reunião da Assembleia Geral

em 29-03-2026

[Handwritten signature]

Aprovado em Reunião da Mesa Administrativa

em 17-03-2026

[Handwritten signature]



“A melhor maneira de encontrar a si mesmo é perder-se ao serviço dos outros.”

— Mahatma Gandhi



PÁG.

ÍNDICE	2
ENQUADRAMENTO E MISSÃO	3
SEJA BEM VINDO À SANTA CASA DA MISERICORDIA	4
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO	6
MENSAGEM DO PROVEDOR	7
BALANÇO INDIVIDUAL A 31/12/2025 E 31/12/2024	10
DR POR NATUREZA A 31/12/2025 E 31/12/2024	11
DR POR FUNÇÕES A 31/12/2025 E 31/12/2024	12
DEMONSTRATÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	13
ANEXO AO BALANÇO E DR	14



Enquadramento e Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, quer corporais, quer espirituais, visando o serviço, e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia, com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina moral e cristã.

Visa assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice e nas situações de risco na área da infância, integrada numa rede de parceiros sociais. É igualmente dever da Misericórdia procurar conservar, valorizar e divulgar o seu património histórico e artístico, bem como manter e ampliar o valor do seu demais património de rendimento, o qual deverá ser gerido segundo critérios de eficiência e rentabilidade que permitam assegurar a sustentabilidade da instituição, e desenvolver as modalidades de solidariedade a seu cargo.

Tem como valores, solidariedade e valores cristãos, igualdade e justiça, confiança e honestidade, responsabilidade social, profissionalismo e rigor, humanização, individualidade e dignidade e melhoria contínua.



Seja bem-vindo à Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães!

Designação da Instituição: Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na direção geral da Segurança Social sob a inscrição nº25/85 no livro nº2 da Irmandades da Misericórdia, folhas 11 verso e 12, desde 18 de dezembro 1986.

Pessoa Coletiva nº :501276890

Número de Identificação da Segurança Social: 20007589672

Morada da Sede: Rua Luís de Camões, 1033,
5140-080 Carrazeda de Ansiães

A Misericórdia de Carrazeda de Ansiães foi criada em 1930. Atualmente, e desde 1995 assume a Provedoria o Dr. Ricardo Manuel Paninho Pereira, contando com a colaboração dos seus cerca de 70 colaboradores distribuídos pelas diferentes valências.

Valência	Designação	Utentes / famílias
ERPI	Estrutura Residencial para pessoas idosas	50
CENTRO DE DIA	Centro de Dia	10
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário	100
CRECHE	Creche – 3 meses aos 3 anos	63
PRE-ESCOLAR	Pré-escolar – 3 a 5 anos	41



Para além das Respostas Sociais / Valências protocoladas com a segurança social, esta Instituição tem ainda:

- ✓ Um Bairro Habitacional com 40 famílias
- ✓ PAC20 – Antigo Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas, que se baseia na aquisição e distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, sendo esta Instituição entidade mediadora do projeto e que no âmbito da presente candidatura realiza ações de acompanhamento, nomeadamente na seleção / distribuição de géneros alimentares, ações de sensibilização à comunidade e famílias carenciadas e otimização da gestão do orçamento familiar. Este projeto abrange atualmente 50 agregados familiares.
- ✓ Cantinas Sociais – Programa de Emergência Alimentar, que consiste na confeção de 8 refeições diárias protocoladas com a segurança social a pessoas carenciadas.

*Mensagem do Provedor*

Concluídos que foram 96 anos de existência da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, no cumprimento do contexto histórico criado pela Rainha D. Leonor ao fundar a primeira Misericórdia portuguesa, pautada pelo “compromisso” de obediência pelas 14 obras de Misericórdia espirituais e corporais que servem de orientação e inspiração cristã na vida das Misericórdias, mais um ano se passou onde os objetivos traçados são agora avaliados e analisados, dando cumprimento ao “Compromisso da Irmandade”, aprovado em 29 de junho de 2015, de acordo com o estipulado no nº 2 da alínea b) do artº 22 e alínea e) do nº 1 do artº 27. Assim, vem a Mesa Administrativa submeter à apreciação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, aprovado em reunião de 17 de março de 2026.

O ano de 2025 foi pautado por uma grande preocupação de implementação de um maior rigor nas contas da instituição, acompanhadas pela aplicação de significativa melhoria nos salários dos nossos colaboradores, sem deixar de ter em contas a aplicação do “Contrato Coletivo de Trabalho”, criando desta forma melhores condições de vida aos nossos trabalhadores e suas famílias, que são sem dúvida o orgulho da Administração da nossa Instituição.

Foram criadas condições de ajustamento de contratos existentes com os maiores fornecedores de energia, de alimentação, produtos e serviços. Estes reajustamentos criaram condições de grande poupança nos gastos que permitiram investir na qualidade dos serviços prestados, em especial proporcionando mais formação para todos os colaboradores.

Foram levadas a efeito grandes obras de beneficiação no parque habitacional, especificamente numa habitação do Bairro do Pereiro, numa habitação no Bairro Adelino Amaro da Costa e no conjunto das seis casas do Bairro da Misericórdia.

Não foi descorada a manutenção dos edifícios da ERPI Stª. Águeda e do Infantário, onde a preocupação de manutenção é uma constante dada a idade desses edifícios.

Uma breve nota sobre o “Novo Lar da Misericórdia” que continua a aguardar financiamento por parte do Estado, uma vez que os valores apurados para de novo colocar esta obra a concurso não é de todo compatível com os rendimentos da nossa Instituição e como tal deverá haver toda a cautela no recurso a empréstimos externos que possam comprometer o bom funcionamento futuro das valências da Instituição. Os últimos temporais registados em Portugal vieram a atrasar a implementação do programa PARES, cujo processo se encontrava nos nossos horizontes de poderem vir a contribuir para a tomada de decisão em abrir de novo, o concurso para a conclusão desta obra tão necessária ao Concelho.



1. Mensagem de Gestão: Um Ano de Consolidação e Crescimento Extraordinário

Se 2024 foi o ano do equilíbrio, **2025 foi o ano da afirmação da sustentabilidade econômica** da nossa Instituição. É com enorme otimismo que apresentamos um **Resultado Líquido de 182.994,52 €**, um crescimento exponencial face aos 22.170,91 € do ano anterior. Este desempenho não é fruto do acaso, mas sim de uma estratégia rigorosa de captação de rendimentos e controlo de gastos.

2. Análise do Desempenho Financeiro

- **Rendimentos em Alta:** O motor deste sucesso foi o aumento de **24,15% nos subsídios e doações**, que ultrapassaram os 1,26 milhões de euros. Adicionalmente, os juros obtidos cresceram 77,69%, demonstrando uma gestão de tesouraria mais rentável.
- **Controlo de Custos:** Apesar da pressão inflacionária e do aumento de 5,57% nos gastos com pessoal (derivado das atualizações salariais), conseguimos uma **poupança de 4,82% nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, fixando-os em 295.849,99 €.
- **Rentabilidade:** O EBITDA atingiu os **270.934,27 €**, o que comprova a forte capacidade da nossa Santa Casa em gerar meios libertos através da sua atividade operacional diária.

3. Situação das Valências e Projetos

- **SAD e Pré-Escolar:** Mantemos o foco na negociação dos acordos de cooperação. A entrada em vigor da gratuidade total do Pré-escolar e o reconhecimento do serviço de SAD aos fins-de-semana (pago a 150%) continuam a ser prioridades para garantir que estas valências não sejam deficitárias.
- **Novo Lar de Idosos:** Após o concurso anterior ter ficado deserto, informamos que o projeto foi revisto e os preços atualizados. Todo o processo se encontra aprovado na autarquia municipal e apenas aguardamos financiamento para a referida obra que possivelmente será através de novo programa PARES. Juntamente com o Presidente da Câmara Municipal, mantemos na agenda, reuniões ao mais alto nível ministerial, nomeadamente com a Secretaria de Estado da Ação Social, para viabilizar o financiamento desta obra que entendemos ser crucial para o futuro não só da instituição como também do concelho.

4. Conclusão e Agradecimentos



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

A Santa Casa de Carrazeda de Ansiães apresenta-se hoje com uma robustez financeira oito vezes superior à do ano transato. Este resultado permite-nos olhar para o futuro com a confiança necessária para investir na melhoria contínua dos cuidados prestados aos nossos utentes.

Agradecemos aos Irmãos pela confiança renovada e, de forma muito especial, a todos os colaboradores pelo empenho e dedicação que tornaram estes números possíveis.

Carrazeda de Ansiães, 17 de março de 2026

O Provedor da Mesa Administrativa


(Dr. Ricardo Manuel Pinho Pereira)



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

Balço Individual a 31/12/2025 e 31/12/2024

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.861.451,01	1.890.968,71
Bens do património histórico e cultural	4		
Investimentos financeiros	12	49.872,92	49.872,92
		1.911.323,93	1.940.841,63
Ativo corrente			
Inventários	5	6.611,23	6.523,20
Créditos a receber	12	88.803,16	73.251,71
Estado e outros entes públicos	12	10.206,72	10.872,37
Fundadores/Benemeritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros	12	1.795,30	1.633,30
Diferimentos	12	6.841,55	6.374,89
Outros ativos correntes	12		
Caixa e depósitos bancários	12	1.416.908,80	1.186.415,66
		1.531.166,76	1.285.071,13
Total do Ativo		3.442.490,69	3.225.912,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	8	76.316,07	76.316,07
Resultados transitados	8	2.566.158,39	2.543.987,48
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	383.563,77	376.164,22
		3.026.038,23	2.996.467,77
Resultado líquido do período		182.994,52	22.170,91
Total dos Fundos patrimoniais		3.209.032,75	3.018.638,68
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8		
Passivo corrente			
Fornecedores	12	2.930,58	728,63
Estado e outros entes públicos	12	28.318,45	25.911,73
Financiamentos obtidos	8		338,56
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	202.208,91	180.295,16
		233.457,94	207.274,08
Total do Passivo		233.457,94	207.274,08
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.442.490,69	3.225.912,76

17/03/2026



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

Demonstração Individual dos Resultados por natureza a 31/12/2025 e 31/12/2024

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	+ 12	711.432,63	714.901,50
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 12	1.277.748,31	1.020.846,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(216.406,72)	(218.668,08)
Fornecimentos e serviços externos	- 11 ; 12	(295.849,99)	(310.846,49)
Gastos com pessoal	- 12	(1.251.926,02)	(1.179.427,56)
Outros rendimentos	+ 2 ; 7 ; 12	93.753,84	86.538,93
Outros gastos	- 12	(47.817,78)	(6.727,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	270.934,27	106.617,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 4	(95.653,70)	(88.747,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	175.280,57	17.869,93
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 2	7.713,95	4.341,17
Juros e gastos similares suportados (9)	-		(40,19)
Resultado antes de impostos	=	182.994,52	22.170,91
Resultado líquido do período	=	182.994,52	22.170,91



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

Demonstração Individual dos Resultados por funções a 31/12/2025 e 31/12/2024

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS									
	2025								2024	
	ERPI	SAD	CD	Creche	Pre	Bairro Social	CLDS	Total		
Vendas e serviços prestados	+	404.101,28	164.581,16	20.255,50	78.722,69	43.682,00			711.432,63	714.901,50
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	(568.147,57)	(422.289,85)	(15.045,95)	(267.945,95)	(178.640,95)	(16.262,51)		(1.468.332,74)	(1.398.095,64)
Resultado bruto	=	(163.956,25)	(257.708,69)	5.209,55	(189.223,26)	(134.958,95)	(16.262,51)		(796.900,11)	(683.194,14)
Outros rendimentos	+	492.977,73	393.305,75	19.579,10	259.332,91	141.320,57	72.184,24	515,80	1.379.216,10	1.111.726,43
Gastos de distribuição	-									
Gastos administrativos	-	(173.463,38)	(124.206,65)	(13.043,00)	(25.132,47)	(26.536,20)	(28.731,19)	(515,80)	(331.658,69)	(399.594,02)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-									
Outros gastos	-	(43.957,40)	(1.613,96)	(284,15)	(568,39)	(1.236,88)			(47.662,78)	(6.727,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	111.570,70	9.776,45	11.461,50	44.408,79	(21.413,46)	27.190,54		182.994,52	22.211,10
Gastos de financiamento (líquidos)	-									(40,19)
Resultados antes de impostos	=	111.570,70	9.776,45	11.461,50	44.408,79	(21.413,46)	27.190,54		182.994,52	22.170,91
Imposto sobre o rendimento do período	-/±									
Resultado líquido do período	=	111.570,70	9.776,45	11.461,50	44.408,79	(21.413,46)	27.190,54		182.994,52	22.170,91

17/03/2026



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2025 e 31.12.2024

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	691.106,69	786.668,69
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(557.345,37)	(472.980,69)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.193.755,35)	(1.125.943,48)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1.059.994,03)	(812.255,48)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	1.363.075,18	998.937,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	303.081,15	186.681,74
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(107.333,61)	(61.715,00)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	3.000,00	
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	17.500,00	
Juros e rendimentos similares	+	7.713,95	4.341,17
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de Investimento	(2)	(79.119,66)	(57.373,83)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	6.531,65	6.046,00
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		(3.755,20)
Juros e gastos similares	-		(40,19)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	6.531,65	2.250,61
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	230.493,14	131.558,52
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1.186.415,66	1.054.857,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1.416.908,80	1.186.415,66

Mesa Administrativa
Ricardo Augusto Paulo Henri
Henri Henri Henri Henri
103

Contabilista Certificado
Carlo Fielho
 221829717
 88597

17/03/2026



Exercício de 2025
01-01-2025 a 31-12-2025

Anexo

Nota prévia: os pontos constantes do texto publicado na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e que fazem parte do Anexo 16 da mesma, o qual constitui o Anexo às contas a apresentar pelas entidades do setor não lucrativo, e que aqui não são retratados ou objeto de qualquer comentário, não têm aplicabilidade à instituição e/ou não são merecedores do mesmo por motivos de total irrelevância.

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

NIPC 501 276 890

NISS 20007589672

1.2 – Sede

A sede da instituição localiza-se na Rua Luís de Camões, 1033, 5140 – 080 em Carrazeda de Ansiães.

1.3 – Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividade principal o apoio social a idosos em lar e domicílio (CAE 87301).

Dispõe, também, de estabelecimentos de educação pré-escolar (CAE 85100), de atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910), de arrendamento (CAE 62200) e outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:



2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não

Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):



Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

Investimentos financeiros

Com relevância para o caso, estes investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (obrigatoriedade essa que terminou em abril/2023) e um conjunto de títulos representativos de quotizações sobre o Crédito Agrícola (40.000,00 €). Em ambos os casos, a respetiva detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A valorização destes investimentos tem por base o Método do Custo.



Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido dos inventários, corresponde, neste caso, ao preço que se espera recuperar dos mesmos através da sua incorporação nas prestações de serviços aos utentes.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no FIFO.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).



Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2026.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo que venha a provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, conforme estas se apresentam no final do ano de 2025.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 – Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

A correção de erros de períodos anteriores foi refletida, separadamente, numa conta de gastos e de rendimentos do ano. As correções de tipo negativo, provocando a contabilização de gastos, ascenderam a 6.441,63 € e as correções de tipo positivo, provocando a contabilização de rendimentos, ascenderam a 240,14 €. Estas correções conjugadas, não são consideradas materiais.

Daquele valor de 6.441,63 € fazem parte 5.683,03 € respeitantes a seguros de acidentes de trabalho referentes a 2024, mas contabilizados em 2025, valor esse que foi comunicado à instituição já depois de encerradas as Contas respeitantes àquele ano.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, sendo este anualmente depreciado em conformidade com o anteriormente referido.

Apenas as grandes reparações e beneficiações que incrementam o período de vida útil dos ativos ou os correspondentes valores já escriturados, são capitalizadas; aquelas que não respeitam estes critérios são relevadas em gastos. A contabilização destas grandes reparações e beneficiações seguem, também, o custo histórico, sendo depreciadas, também, em função do seu período de vida útil, pelo método da linha reta.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis				
	...	Obras de Arte	Outras	...	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					20 a 50	6	5	4 a 6	4
Taxas de depreciação					2 a 5 %	16,66%	20,00%	16,66 a 25%	25,00%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do patrimônio histórico, artístico e cultural.



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais		
		Outras de Arte	Outras	Terras e Recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis		Edifícios e Outras construções	
Em 01/01/2024	Quantias brutas escrituradas			4.499,87	77.916,23	10.919,91	2.556.703,30	699.470,96	311.835,74	188.536,80	10.152,70	281.280,83	4.036.319,17	
	Depreciações acumuladas			(4.499,87)	(77.916,23)		(1.031.653,58)	(567.717,46)	(282.663,72)	(468.992,04)	(10.152,70)		(2.152.596,06)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas					10.919,91	1.525.049,72	41.753,50	29.172,02	16.547,10		281.280,83	1.906.723,11	
Movimentos do período 2024	Adições	Aquisições				385,99	22.545,61	42.908,23		7.453,91			72.993,11	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Reavaliações	Acréscimos por reavaliação												
		Declínios por reavaliação												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(51.210,23)	(20.805,76)	(13.006,00)	(8.729,81)			(88.742,52)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações												
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2024 (01/01/2025)	Quantias brutas escrituradas			4.499,87	77.916,23	11.305,87	2.579.248,91	642.079,22	311.835,74	193.993,11	10.152,70	281.280,83	4.112.312,28	
	Depreciações acumuladas			(4.499,87)	(77.916,23)		(1.082.863,81)	(578.523,22)	(295.689,72)	(171.718,23)	(10.152,70)		(2.221.343,58)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas					11.305,87	1.496.385,10	63.560,00	16.166,02	22.274,88		281.280,83	1.890.968,70	
Movimentos do período 2025	Adições	Aquisições					44.505,10	9.034,40	25.550,00	22.164,00			101.263,50	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Reavaliações	Acréscimos por reavaliação												
		Declínios por reavaliação												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações							(151.102,75)	(17.025,33)	(30.965,63)		(35.147,50)	(234.241,21)
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(53.620,02)	(20.959,83)	(14.686,00)	(8.887,81)			(95.653,70)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações							151.102,75	17.025,33	30.965,63			199.093,71
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2025	Quantias brutas escrituradas			4.499,87	77.916,23	11.305,87	2.623.754,01	500.010,87	320.380,41	185.221,48	10.152,70	246.133,33	3.079.354,57	
	Depreciações acumuladas			(4.499,87)	(77.916,23)		(1.136.483,83)	(448.380,30)	(293.530,36)	(146.990,41)	(10.152,70)		(2.117.903,57)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas					11.305,87	1.487.270,18	51.630,57	26.830,02	38.281,03		246.133,33	1.861.451,01	

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

Foi feito um abate no Ativo Fixo Tangível, pelo valor total de 234.241,21 €, ou seja, retiramos dos registos patrimoniais os bens que deixaram de gerar benefícios económicos futuros ou de prestar utilidade ao serviço da instituição. Esta operação decorreu de obsolescência, desgaste natural, inutilização dos bens ou venda dos mesmos, envolvendo três operações distintas:

1ª – Foram abatidos bens no valor de 180.049,38 €, os quais foram adquiridos antes do ano de 2000, com exceção de apenas um deles que foi adquirido em 2012, encontrando-se, todos eles, totalmente depreciados desde há muito;

2ª – Foi abatida uma viatura, cujo custo de aquisição ascendeu a 17.025,33 €, a qual se encontrava totalmente depreciada;

3ª – Foram abatidos 35.147,50 € que se encontravam escriturados em Ativos Fixos Tangíveis em curso, facto que resultou de uma avaliação dos diversos itens registados nesta categoria de ativos, tendo-se chegado à conclusão que, itens diversos, cujo valor somado ascende àquela importância, já não tinham qualquer hipótese de serem recuperados por via do respetivo uso, considerando, principalmente, o seu grau de deterioração. Este abate provocou um impacto negativo em Resultados, por igual montante.

De notar que o que se encontra escriturado em Ativos Fixos Tangíveis em curso respeita, integralmente, apenas ao valor da obra executada relacionada com a construção do novo Lar, a qual se encontra parada desde há vários anos.

Assinala-se e destaca-se que, no respeito pelo rigor das contas, nesta data não se vislumbra a necessidade de abater quaisquer outros itens ou valores registados em Ativos Fixos Tangíveis em curso, dado que todos eles se apresentam plenamente recuperáveis no contexto do novo arranque da obra de construção do novo Lar, o qual terá lugar assim que estejam reunidas as condições financeiras que o permitam. Esta constatação surge após cuidada apreciação do estado de conservação dos elementos construtivos aplicados em obra, bem como de todas as despesas nela registadas associadas ao projeto e seu acompanhamento.

O processo foi executado em conformidade com as normas contabilísticas vigentes, assegurando a fiabilidade e transparência das demonstrações financeiras apresentadas.

Procedeu-se a uma verificação física e documental dos bens a abater, elaborando-se o auto de abate, para posterior aprovação dos órgãos competentes.

A prática de abate permite que o ativo imobilizado reflita com rigor os bens efetivamente em uso, contribuindo para uma gestão patrimonial responsável e para a prestação de contas em consonância com os princípios de boa governação e transparência.

Importa ainda realçar que se vai continuar a proceder ao exame minucioso dos diversos registos contabilísticos que contribuíram para a formação dos valores que constam no Balanço da entidade, ao nível do seu Ativo Fixo Tangível, numa base comparativa com a realidade material daquilo que consta fisicamente no património da mesma. A convicção da Mesa Administrativa é a de que, deste exame, não resultará a



necessidade de eliminar ou acrescentar registos contabilísticos com reflexo na magnitude atual de tais Ativos Fixos, com impacto material na situação patrimonial e financeira da entidade. Por conseguinte, o valor em Balanço do Ativo Fixo Tangível não sofrerá impacto relevante, como resultado do exame minucioso aqui referido.

5 – Inventários:

5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custo de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gasto gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gasto gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gasto gerais que não sejam industriais					
		Custo de concepção de produtos para clientes específicos					
		Custo de empréstimos obtidos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revisitos						
	Outras			✓			
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)			✓			
	Custeio médio ponderado						

5.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.
(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2025	Inventários armazenados na entidade		6.611,23	6.611,23				6.611,23
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			6.611,23	6.611,23				6.611,23
31.12.2024	Inventários armazenados na entidade		6.523,20	6.523,20				6.523,20
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			6.523,20	6.523,20				6.523,20

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

6 – Rendimentos e Gastos:

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;



- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

6.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais

Sendo certo que todos os anos a entidade recebe donativos, em dinheiro ou géneros, a verdade é que o quantitativo destes foge completamente ao controlo da mesma. Neste sentido, a dimensão desta categoria de rendimentos é excecional com relação a cada período de relato.

Em 2025 o valor total dos donativos em dinheiro ascendeu a 6.531,65 €, tendo sido registados em rendimentos.



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	2025					2024				
	Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	CLDS	515,80	(16.153,37)			515,80	(16.669,17)			
	Adaptar Social +	142,14	(6.254,15)			142,14	(6.396,29)			
	ISD 2020	304,77	(8.171,38)			304,77	(8.476,15)			
	ISD 2021	749,70	(751,50)			749,70	(1.501,20)			
	INH	10.205,80	(275.556,54)			10.205,80	(285.762,34)			
	MASES	881,72	(29.096,76)			881,72	(29.978,48)			
	ISD 2023	1.191,36	(3.576,92)			1.191,36	(4.768,28)			
	Servidor	499,80	(2.500,20)							
	Artº 431 e 396	184,53	(9.041,82)							
	ISD 2025	414,83	(2.075,17)							
	Mobilidade Verde Social 2025		(25.000,00)							
	Mobilidade Verde Social 2021	5.000,00	(5.000,00)			5.000,00	(10.000,00)			
		20.090,45	(383.177,81)			18.991,29	(363.551,91)			
Subsídios relacionados com rendimentos	ERPI	464.495,21				357.428,70				
	SAD	331.677,40				299.492,85				
	CD	19.436,93				18.915,08				
	Creche	259.292,18				169.970,39				
	Pre escolar	140.581,41				117.963,27				
	Cantina Social	10.379,05				10.293,75				
	IEFP	5.702,48				8.980,19				
	POAFMC	4.261,14				1.022,48				
	Seg. Social					1.527,78				
	Seg. Social					1.750,00				
	Multa Particular	400,00				1.601,48				
	CMCA	40.915,86				31.205,60				
	Óxigenio	586,65				694,76				
	1.277.748,31				1.020.846,33					
Reembolsáveis	...									
Totais	1.277.748,31	20.090,45	(383.177,81)			1.020.846,33	18.991,29	(363.551,91)		

17/03/2026

8 – Instrumentos financeiros:

8.1 — Bases de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro / passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A entidade não dispõe de Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, sendo que as suas unidades de participação detidas no Fundo de Compensação do Trabalho, contabilizadas em Investimentos Financeiros, também não se encontram mensuradas segundo este critério.



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	76.316,07			76.316,07
Reservas legais				
Outras reservas	76.316,07			76.316,07
Resultados transitados	2.543.987,48		22.170,91	2.566.158,39
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios	376.164,22	(20.090,45)	27.490,00	383.563,77
Doações				
Outras				

8.3 - Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não tem ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor.

8.4 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

À data de 31/12/2025 a Instituição não tem quaisquer dívidas nestas condições.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A entidade não tem prestadas quaisquer garantias reais contra financiamentos bancários ou quaisquer outras dívidas.



8.5 - *Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor*

Não foram reconhecidos ajustamentos de valor no período, por desnecessários.

8.6 — *Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano*

Todas as dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.

Acrescenta-se que à data do Balanço não se encontram contabilizadas quaisquer perdas por imparidade respeitantes a dívidas à entidade, por se entender que não existem, nessa data (e nesta), riscos de incobrabilidade, pelo que o valor bruto dessas dívidas é igual ao seu valor líquido.

Aliás, não existem imparidades com relação a quaisquer ativos ou passivos financeiros da entidade.

8.7 — *Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano*

Todas as dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.

9 – Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Colaboradores durante o período	2025		2024	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	75	70	70	70
Cooperantes				
Voluntários	2	2	2	2

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados. Em simultâneo, não existem por parte da entidade com relação a tais membros:

- Compromissos existentes em matéria de pensões;
- Quantias adiantadas e/ou créditos concedidos;
- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza.

Em 2025 a Mesa Administrativa (Direção) é constituída por cinco elementos efetivos e dois suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e dois suplentes. Durante o ano de 2025 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.

10 — Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores.

11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Pelos serviços prestados durante o período de 2025, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 5.166,01 € (IVA incluído).

**12 — Outras divulgações**

12.1 — *Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.*

12.1.1 – *Detalhe da rubrica de Investimentos financeiros.*

Os investimentos financeiros detidos pela entidade incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (no valor de 9.332,35 €), sendo que este tipo de contribuições deixou de ser exigível desde 1 de maio de 2023, um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo, sem risco de capital, representativos de títulos de capital do Crédito Agrícola, (40.000,00 €) e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (no valor de 540,57) €.

Assinala-se que os títulos de capital detidos em Caixas de Crédito Agrícola Mútuo não configuram participações financeiras societárias, nem instrumentos de dívida ou instrumentos financeiros negociáveis. Trata-se de instrumentos representativos de capital cooperativo, associados à qualidade de associado numa cooperativa de crédito.

Estes títulos não conferem controlo nem influência significativa sobre a entidade emitente, não atribuem direitos económicos proporcionais ao capital subscrito, não são transacionáveis em mercado ativo e o seu reembolso encontra-se condicionado aos termos legais e estatutários aplicáveis.

12.1.2 – *Posição dos saldos das contas de Caixa, Depósitos à ordem e outros depósitos bancários*



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2025			31.12.2024		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário				294,55		294,55
	...						
	Subtotais				294,55		294,55
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	783.702,61		783.702,61	752.914,92		752.914,92
	Outros depósitos bancários	633.206,19		633.206,19	433.206,19		433.206,19
	...						
	Subtotais	1.416.908,80		1.416.908,80	1.186.121,11		1.186.121,11
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		1.416.908,80		1.416.908,80	1.186.415,66		1.186.415,66

12.1.3 – Posição dos saldos das rubricas de Créditos a receber, fornecedores e outros passivos correntes.

(valores expressos em euros)

Detalhe das rubricas Créditos a Receber, Fornecedores e Outros passivos correntes	31.12.2025	31.12.2024
Créditos a receber (Ativo)	88.803,16	73.251,71
Clientes	20.190,68	16.423,52
Outos devedores	17.775,16	7.590,91
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	50.837,32	49.237,28
Fornecedores (Passivo)	2.930,58	728,63
Outros passivos correntes (Passivo)	202.208,91	180.295,16
Outros Credores		507,36
Fornecedores de investimentos	15.238,94	16.180,08
Credores por acréscimos de gastos	186.969,97	163.607,72

**12.1.4 – Posição dos saldos da conta Estado e Outros Entes Públicos.***(valores expressos em euros)*

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos		(4.508,52)	(4.508,52)		(3.806,87)	(3.806,87)
Imposto sobre o valor acrescentado	10.206,72		10.206,72	10.872,37		10.872,37
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(23.809,93)	(23.809,93)		(22.104,86)	(22.104,86)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Totais	10.206,72	(28.318,45)	(18.111,73)	10.872,37	(25.911,73)	(15.039,36)

12.1.5 – Posição dos saldos das contas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2025	Período 2024	
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar	30.680,28	27.056,88
		IEFP	411,90	342,04
		CMCA - Recursos Humanos CAC	5.847,26	2.626,42
		POAPMC	0,00	0,00
		Cantinas Sociais	974,64	930,00
		CLDS 4G	0,00	0,00
		Mediadores Municipais	0,00	0,00
		CAC - Verbas CMCA	0,00	0,00
		Seg. Social	12.923,64	18.281,94
	Totais	50.837,72	49.237,28	
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	184.017,24	163.607,72
		Seguros a liquidar	2.952,73	
		Totais	186.969,97	163.607,72
	Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	6.841,55
Totais			6.841,55	6.374,89
Rendimentos a reconhecer			0,00	0,00
		Totais	0,00	0,00

12.1.6 – Detalhe da conta Gastos com o Pessoal.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2025	Período 2024
Remunerações do pessoal	999.743,10	933.572,29
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	217.165,89	204.474,61
Seguro de acidentes de trabalho	32.708,35	39.618,46
Outros gastos com o pessoal	2.308,68	1.762,20
Remunerações adicionais		
Outros		
Totais	1.251.926,02	1.179.427,56

12.1.7 – Detalhe da conta Fornecimentos e Serviços Externos

17/03/2026



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2025	Período 2024
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	3.453,91	9.130,91
	Publicidade e propaganda	453,87	
	Vigilância e segurança	743,28	979,90
	Honorários	23.934,29	16.602,08
	Comissões	122,74	
	Conservação e reparação	19.743,48	15.436,62
	Outros		
Totais		48.451,57	42.149,51
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.793,87	24.848,39
	Livros e documentação técnica		339,77
	Material de escritório	2.869,54	2.170,16
	Artigos para oferta	3.286,88	2.364,98
	Outros	2.542,61	4.376,57
Totais		25.492,90	34.099,87
Energia e fluidos	Electricidade	33.438,04	42.345,46
	Combustíveis	93.337,40	99.180,98
	Água	1.076,05	958,53
	Outros		
Totais		127.851,49	142.484,97
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	374,40	428,05
	Transportes de pessoal	157,05	209,40
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		531,45	637,45
Serviços diversos	Rendas e alugueres	3.704,26	1.853,16
	Comunicação	5.052,58	4.426,85
	Seguros	5.832,66	4.281,24
	Royalties		
	Contencioso e notariado	65,30	1.936,21
	Despesas de representação	625,00	
	Limpeza, higiene e conforto	56.134,30	56.494,98
	Outros serviços	22.108,48	22.482,25
Totais		93.522,58	91.474,69
Totais		295.849,99	310.846,49

17/03/2026



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

12.1.8 – Detalhe do Rédito

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2025			2024		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	711.432,63	98,93%	(0,49%)	714.901,50	99,40%	
Juros	7.713,95	1,07%	77,69%	4.341,17	0,60%	
Royalties						
Dívidendos						
Totais	719.146,58	100,00%	-0,01%	719.242,67	100,00%	

2023	
Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
565.656,68	99,98%
85,51	0,02%
565.742,19	1,00

12.1.9 – Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos em 2025

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Seg Social - ERPI	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2011	Renovado Automaticamente	458.081,96	6.413,25	464.495,21
		Seg Social - SAD	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	327.871,26	3.806,14	331.677,40
		Seg. Social - Centro Dia	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	19.312,53	124,40	19.436,93
		Seg. Social - Creche	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2008	Renovado Automaticamente	256.712,73	2.570,45	259.282,18
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Segurança Social/ME	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	109.901,13	30.680,28	140.581,41
		Seg. Social - Cantinas Sociais	Programa de Emergência Alimentar - Rede Solidária de Cantinas Sociais	Segurança Social	Acesso a refeições diárias gratuitas para pessoas/famílias necessitadas	Subsídio	2025	2025	9.404,41	974,64	10.379,05
		Protocolo CMCA	Protocolo Cooperação	CMCA	Reembolso despesas com Centros de Convívio	Protocolo	2012	Renovado Automaticamente	31.668,60	5.847,26	37.515,86
		Câmara Municipal	Apoio Municipal	CMCA	Apoio Municipal	Subsídio	2025	2025	2.500,00		2.500,00
		Premios de Participação	Premios de participação	CMCA	Incentivar a participação em atividades	Subsídio	2025	2025	900,00		900,00
		Programas IIEFP	Candidaturas	IIEFP	Apoio ao emprego	Comparticipação	2025	2025	5.290,58	411,90	5.702,48
		PAC20	Candidaturas	POSE	Apoio Generos AI.	Financiamento	2025	2025	4.281,14		4.281,14
		Oxigenio	Apoio			Comparticipação	2025	2025	586,65		586,65
		Multas Particulares	Medida	Particular	Donativo		2025	2025	400,00		400,00
								1.226.910,09	50.837,32	1.277.748,31	



RELATÓRIO E CONTAS 2025

SCMCA 2025

12.1.10 – Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2025	Período 2024	Outros gastos		Período 2025	Período 2024
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	62.456,13	61.415,04	Impostos	Impostos diretos	133,55	1.190,18
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos		
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares				...		
Totais		62.456,13	61.415,04	Totais		133,55	1.190,18
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos			
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incobráveis		155,00	
Ganhos em inventários	Sinistros		65,59	Perdas em inventários	Sinistros		
	Sobras				Quebras		
	Outros ganhos				Outras perdas		
Totais			65,59	Totais			
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações	3.000,00		Gastos em investimentos não financeiros	Alienações	35.147,50	
	Sinistros				Sinistros		
	...				Abates		
	Outros rendimentos				Outras gastos		
Totais		3.000,00		Totais		35.147,50	
Outros	Correções relativas a períodos anteriores	240,14	21,01	Outros	Correções relativas a períodos anteriores	6.441,63	732,19
	Imputação de subsídios para investimentos	20.080,45	18.991,29		Donativos		
	...				Quotizações	600,00	600,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
					Outras penalidades		4.204,80
	Outros não especificados	7.967,12	6.046,00		Outros não especificados	5.340,10	
Totais		28.297,71	25.058,30	Totais		12.381,73	5.536,99
Totais		93.753,84	86.538,93	Totais		47.817,78	6.727,17

A Mesa Administrativa

Präsident António Reis
António Figueiredo

O Contabilista Certificado

Carb
 221829717
 88597 10

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.442.490,69 € e um total de fundos patrimoniais de 3.209.032,75 €, incluindo um resultado líquido de 182.994,52 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Pela sua relevância, chamamos a atenção para o texto que consta no ponto 4 d) e e) do Anexo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Contudo, entendemos que o mesmo deveria conter mais informação, na perspetiva da dissecação da informação quantitativa mais importante contida nas Demonstrações Financeiras.

Carrazeda de Ansiães, 17 de março de 2026


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, designadamente o disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 31º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, foi submetido à apreciação deste Conselho Fiscal o “Relatório e Contas” da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, do exercício de 2025.

Parecer

Somos de parecer que o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior da Mesa Administrativa e as demonstrações financeiras referidas, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães em 31 de dezembro de 2025, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios Contabilísticos atualizados ao novo sistema de normalização Contabilístico em uso, pelo que propomos à digníssima Assembleia de Irmãos a sua aprovação, dando o nosso parecer favorável.

Somos de opinião que o Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, referentes ao ano de 2025, sejam aprovados. -----

Carrazeda de Ansiães, 29 de março de 2026

O Conselho Fiscal

João Manuel Pires

António Júlio Samorinha

Manuel Claudino Alves